



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	



Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente



Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	



Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Inácio Franco	PV - BCMG
Deputado Nozinho	PDT - BVC
Deputado Rogério Correia	PT - BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado	PCdoB - BMM	

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB - BMM	
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	



Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
MEMBROS SUPLENTEs:	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT - BMM

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	
MEMBROS SUPLENTEs:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2015

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Felipe Attiê, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.064/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.235/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para implantação de terceiras pistas e acostamento nas rodovias MG que interligam os municípios da região do Circuito das Águas;

nº 3.236/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para instalação de terceiras pistas e acostamentos nas rodovias BR-267 e BR-354 nos trechos que interligam os municípios da região do Circuito das Águas;

nº 3.237/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Duarte Bechir e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências com vistas à abertura de linhas de crédito especiais ao *trade* turístico e aos produtores rurais com produção associada ao turismo;

nº 3.238/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para reforma e ampliação do Aeroporto de Caxambu com vistas à implantação do Aeroporto Regional do Circuito das Águas;

nº 3.239/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado aos deputados federais de Minas Gerais pedido de providências para que a água mineral não seja incluída como recurso mineral no projeto do novo Código de Mineração, o que se justifica pela necessidade de exploração sustentável dos recursos hídricos não os submetendo ao instituto da exaustão típico de recursos minerais;

nº 3.240/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a melhoria da infraestrutura de acesso às unidades de conservação dos atrativos naturais da região do Circuito das Águas;

nº 3.241/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de providências para implantação de nova sinalização turística nas cidades do Circuito das Águas;

nº 3.242/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Turismo e à Codemig pedido de providências com vistas à criação de aplicativos de *smartphone* e outras ferramentas de publicidade digital para divulgação do Circuito das Águas;

nº 3.243/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para realização de estudo de integração dos municípios da região do Circuito das Águas por linhas de transporte coletivo;

nº 3.244/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para o reposicionamento dos produtos de água mineral visando promover sua divulgação e comercialização;

nº 3.245/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para realização de estudos com vistas à reformulação do modelo de gestão e concessão dos parques das águas, de modo a atender às novas demandas turísticas e às necessidades das populações locais;

nº 3.246/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Turismo e à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para divulgação e promoção do turismo no Circuito das Águas;

nº 3.247/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – e à *Copasa Águas* Minerais de Minas pedido de providências com vistas à implantação, implementação e manutenção do Parque Ecológico de Caxambu – aprovada a proposição;

nº 3.248/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas à implantação, implementação e manutenção do Parque Ecológico de Caxambu;

nº 3.249/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Turismo e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências com vistas ao apoio à produção agrícola e agroindustrial familiar para abastecimento do *trade* turístico;



nº 3.250/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Copasa pedido de providências com vistas ao tratamento de esgoto e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios integrantes do Circuito das Águas;

nº 3.251/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo ao presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – para debater a situação e o desenvolvimento da região do Circuito das Águas;

nº 3.252/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado aos presidentes da Copasa e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de informações sobre a situação trabalhista dos empregados da *Copasa Águas* Minerais de Minas, considerando a mudança no formato da concessão para exploração de águas minerais;

nº 3.253/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir e Felipe Attiê, em que solicitam seja encaminhado à Copasa e à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para manutenção dos empregos dos funcionários da *Copasa Águas* Minerais de Minas, considerando-se a mudança na forma de exploração da água mineral em municípios do Estado;

nº 3.254/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para melhoria do trevo de acesso ao Município de Conceição do Rio Verde;

nº 3.255/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir e Felipe Attiê, em que solicitam seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para recuperação e melhoria do Parque de Águas de Contendas, no Município de Conceição do Rio Verde;

nº 3.256/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para construção da ciclovia Nhá Chica, ligando os Municípios de Baependi e Caxambu;

nº 3.294/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Felipe Attiê, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a reindustrialização nacional com ênfase para Minas Gerais e foco na redução da taxa de juros, a retomada dos investimentos públicos e o crescimento da indústria;

nº 3.295/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de providências para análise da viabilidade de filiação do Estado à rede internacional *Creative Tourism Network*;

nº 3.296/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que se promovam estudos visando à elaboração de um projeto de posicionamento da marca Minas para efeitos de *place branding*;

nº 3.297/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Automóvel Clube de Minas Gerais pelo 90 anos de sua fundação;

nº 3.298/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Restaurante Xapuri pelos 28 anos desse estabelecimento;

nº 3.300/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Felipe Attiê, em que solicitam seja realizado ciclo de debates com o propósito de ouvir empresários do setor do comércio, lojistas e de serviços, visando a mudanças e reformulação na legislação, para desburocratizar as regras para criação e manutenção de empreendimentos, e a propostas de simplificação e padronização do atual sistema tributário estadual como instrumento para superar a crise;

nº 3.309/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que solicita seja realizada audiência pública para homenagear o Motogrupo Águias de Aço pelos 35 anos de sua fundação.

É aprovado o relatório da visita realizada no dia 6 de julho de 2015 ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o qual segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Local visitado: Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins

Apresentação

A requerimento dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, esta comissão, no dia 6 de julho de 2015, visitou o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, a fim de conhecer as obras de expansão desse aeroporto e acompanhar o seu andamento.

Participaram da visita os deputados Antônio Carlos Arantes e Roberto Andrade, que foram recebidos pelos Srs. Paulo Rangel e Renê Baumann e pela Sra. Andrea Fonseca, respectivamente presidente, diretor comercial e diretora de *marketing* da BH Airport – Aeroporto Internacional de Belo Horizonte.

Relato

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo se encontrou com os convidados no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.



Durante a visita, os deputados assistiram a uma apresentação dos planos da concessionária para os 30 anos em que administrará o aeroporto, período que se iniciou em abril do ano passado.

Nos planos da concessionária está o início da construção do Terminal de Passageiros 2 – TPS 2 –, cuja conclusão está prevista para o final de 2016, ao custo de 770 milhões de dólares. Para isso, será erguido um terminal de passageiros provisório, o de número 3, inicialmente previsto para funcionar à época da Copa do Mundo de 2014 e para onde será remanejado parte do fluxo de passageiros, o dos voos internacionais. Com a conclusão do TPS 2, o TPS 3 terá parte de sua estrutura demolida e parte adaptada para dar sequência às intervenções de expansão do aeroporto. O plano de investimento da BH *Airport* é de 1,6 bilhão de dólares em dez anos, totalizando 3 bilhões de dólares nos 30 anos de concessão.

De acordo com o apresentado, das intervenções sob a responsabilidade da Infraero uma parte significativa não foi concluída, e a construção do TPS 2 tem como pendência o licenciamento ambiental. Para dar novo impulso à revitalização do Aeroporto de Confins, a direção da BH *Airport* cobrou uma definição do poder público, solicitando o apoio da ALMG.

Também foram apresentados o plano comercial e o plano de *marketing* do aeroporto.

Conclusão

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo considerou muito proveitosa a visita. Os deputados presentes se impressionaram com os planos de médio e longo prazo da concessionária para o futuro de Confins, especialmente devido ao fato de a proposta para o aeroporto ser a de vender a imagem do Estado e o seu potencial de desenvolvimento, tendo o aeroporto como uma vitrine, um centro de negócios.

A comissão se comprometeu a agir politicamente para o Estado liberar o licenciamento ambiental do empreendimento e para prover o aeroporto de linhas de transporte intermunicipais, com o objetivo de facilitar o deslocamento de turistas no Estado.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2015.

Antônio Carlos Arantes – Felipe Attiê – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/9/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Ricardo Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para que essa comissão opine sobre o Projeto de Lei nº 1.132/2015 com o objetivo de subsidiar a elaboração de parecer, e da seguinte correspondência publicada em 3/9/2015: dos Srs. Vitor Valverde, secretário municipal de governo de Belo Horizonte; e Renan Calheiros, senador. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.508/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja criada nesta Casa uma campanha educativa sobre proteção animal direcionada para a participação de crianças e jovens estudantes com idade entre 5 e 16 anos, tendo em vista a necessidade de atuação na preservação ambiental e animal;

nº 3.509/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja promovido anualmente nessa Casa o Prêmio Agente Mirim de Proteção Animal para crianças e jovens com idade entre 5 e 16 anos, que atuam na preservação ambiental, em especial, na defesa de proteção dos animais;

nº 3.510/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada anualmente nesta Casa o Dia de Passeio com Seu Animal de Estimação – Cãominhada, devendo ser realizada na semana em que se comemora o Dia dos Animais, 4 de outubro, na Praça Carlos Chagas, em Belo Horizonte;

nº 3.511/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater as metodologias de esterilização adequadas para o controle populacional de cães e gatos e a eficácia e os problemas advindos da castração química.

É aprovado relatório sobre o Projeto de Lei nº 1.132/2015, produzido em resposta a diligência requerida pela Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Ricardo Faria.

RELATÓRIO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1.132/2015

Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais

Relatório

Atendendo a requerimento do deputado Cássio Soares, relator do Projeto de Lei nº 1.132/2015 na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi encaminhado em diligência o referido projeto a esta comissão solicitando-nos análise e opinião sobre a matéria, com a finalidade de subsidiar a elaboração do parecer a ser exarado por aquela comissão.

Nos termos do art. 102, VIII, do Regimento Interno, cabe à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a análise de mérito do referido projeto de lei.

Agradecemos à referida comissão a oportunidade de manifestação a nós concedida, o que fazemos por meio deste relatório.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.132/2015 dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências.

Os animais domésticos – em especial os cães e os gatos – por sua capacidade de demonstrar afeto, e por terem se tornado agradáveis companhias, estão cada dia mais presentes na vida dos seres humanos. Em virtude da relevância que essa convivência passou a ter, do ponto de vista social, comportamental e para a saúde emocional de um número cada vez maior de pessoas, já se fala até mesmo em famílias multiespécies.

Por outro lado, a falta de cuidados, a negligência ou a irresponsabilidade na tutela ou guarda desses animais, aliadas à omissão do poder público, têm contribuído para um aumento exponencial da sua população e se transformado em um sério problema.

A cada dia fica mais evidente que a principal consequência dessa explosão populacional, derivada da reprodução descontrolada, é o abandono desses animais à própria sorte, como se pode ver por ruas, parques e estradas de praticamente todos os municípios do país: animais errantes, doentes, feridos, famintos, fêmeas no cio, expostos a todo o tipo de crueldades e maus-tratos, além de envenenamentos e atropelamentos.

Em Minas Gerais, a situação não é diferente. Praticamente todos os municípios do Estado convivem com o problema de animais abandonados em suas ruas, problema esse que cresce em níveis alarmantes, tendo em vista o alto índice de reprodução desses animais.

Sabe-se que animais abandonados, subnutridos, maltratados e debilitados estão mais expostos e são mais suscetíveis a doenças. Assim, a superpopulação de animais, principalmente nessas condições, traz consigo o aumento do risco de zoonoses, que são doenças que podem ser transmitidas dos animais ao homem, tais como a leishmaniose, a toxoplasmose, a leptospirose, a raiva, a febre maculosa.

Sabe-se também que, quando se trata de saúde, o mais recomendável, eficiente e eficaz é a adoção de medidas preventivas, em vez da simples reação por meio de medidas corretivas, muitas vezes paliativas, depois de o problema de saúde já estar instalado. E essa ideia de se trabalhar na prevenção deveria ser aplicada na abordagem e enfrentamento das zoonoses. Além de reduzir o número de internações e mortes, as medidas preventivas propiciam a economia e a otimização da aplicação de recursos públicos.

Fica evidente, então, que o poder público precisa mudar o foco quando o assunto é saúde pública.

Não podemos esquecer que a tutela e a proteção do meio ambiente e dos animais é tarefa de responsabilidade do poder público, conforme determina a Constituição Federal, especialmente em seu art. 225, que assim dispõe:

“Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”.

Entretanto, é de conhecimento público, com frequentes denúncias na mídia e nas redes sociais, a situação precária de funcionamento das Unidades de Vigilância de Zoonoses – UVZs. Na maioria dos municípios mineiros, a ação dessas unidades é insuficiente, inadequada, ou até mesmo inexistente.

Essa ausência do poder público tem resultado em um ônus para cidadãos e ONGs, que, por não suportarem conviver com a realidade cruel do abandono de animais, e com a omissão dos Poderes constituídos, acabam assumindo uma responsabilidade que é de toda a sociedade, mas, em última instância, é atribuição constitucional do poder público.

É inegável a importância das ações dessas pessoas, que, sem nenhum apoio, gastam seus recursos, se endividam, abdicam de lazer, viagens, e até adocem física e emocionalmente por não conseguirem atender a todos os casos. Entretanto, esse esforço sozinho é insuficiente para solucionar o problema, uma vez que a causa não é atacada corretamente por uma política pública que promova o controle populacional desses animais. Muitas dessas pessoas entram em um quadro de exaustão biológica, psicológica e social, conhecido como “fadiga da compaixão”.

Fica evidente, portanto, que o controle populacional ético de cães e gatos, e mesmo de animais silvestres, como as capivaras, tem se tornado uma necessidade premente.

A literatura mundial aponta que a maneira mais eficaz de realizar o controle reprodutivo de cães e gatos é por meio da esterilização ou castração desses animais. A cirurgia, que impede definitivamente a procriação, deve ser efetuada pelo médico veterinário e realizada sob anestesia geral. Entretanto, em diversas localidades, o controle de zoonoses ainda é feito por meio da captura e do extermínio dos animais. A aplicação desse método em diversos países em desenvolvimento comprovou a sua ineficácia, uma vez que essas medidas não geram impacto significativo na propagação de zoonoses ou na densidade das populações de cães e gatos – por ser rápida a renovação dessa população, cuja sobrevivência se sobrepõe facilmente à sua eliminação. Diante dessa constatação, a Organização Mundial de Saúde – OMS – editou o Informe Técnico OMS nº 8, de 1992, no qual preconiza a educação da comunidade e o controle de natalidade de cães e gatos, associados à vigilância epidemiológica e à imunização, como elementos básicos de uma política de controle de zoonoses.

De acordo com um detalhado programa de controle de populações de cães e gatos da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/suple5_cao.pdf), o simples recolhimento dos animais de uma determinada área não soluciona o problema, pois novos animais migram para o local de onde eles foram recolhidos e se favorecem das condições existentes no meio ambiente. Há que se investir em um programa efetivo de controle de populações desses animais, que deve incluir ações educativas permanentes, legislação, registro e identificação dos animais e mais rigor e fiscalização na concessão de licenças para a criação e para o comércio.

É importante ter-se em mente que esse grande número de animais abandonados nas ruas tem origem nas residências. A maioria deles são oriundos das “fábricas clandestinas de filhotes de fundo de quintal”, com interesse comercial e sem nenhum controle por



parte dos órgãos de fiscalização municipais; e da procriação de animais dentro das residências, por negligência e desinformação dos seus tutores, que mantêm sob sua guarda machos e fêmeas que se cruzam e se reproduzem constantemente. Algumas dessas famílias, quando orientadas por protetores ou quando tomam conhecimento, por outros meios, da importância da castração, até se mostram interessadas na sua realização. Entretanto, muitos municípios não oferecem serviços de castração, ou ainda que os ofereçam, nem sempre as pessoas possuem veículo próprio para levar o animal até os postos de castração gratuitos. Para muitas dessas pessoas, o custo da castração em clínicas particulares é proibitivo.

Esses problemas poderiam ser facilmente identificados, por meio dos agentes municipais de saúde da família ou dos agentes de vigilância de zoonoses, uma vez que, para desempenharem a sua função, eles têm acesso ao interior das residências. Com um treinamento mínimo, esses agentes poderiam detectar o problema, oferecer as orientações básicas sobre a necessidade da guarda responsável, distribuir cartilhas, informar sobre a importância da castração, vacinação e cuidados para a saúde dos animais e para a saúde dos moradores e da população em geral. Nos casos de criadouros clandestinos, eles deveriam reportar o problema a seus superiores para que providências fossem tomadas.

É necessário, portanto, maior vontade política do poder público, principalmente dos municípios, para que a questão seja solucionada.

Segundo o Instituto Nina Rosa, referência em educação humanitária, não possui nenhuma atividade para o controle de populações animais e iniciar tal processo pelo recolhimento de animais soltos nas ruas e por sua eliminação, além de ser contraproducente, não ajuda a construir uma cultura de responsabilidades para com os cães e gatos. O instituto argumenta que muitas prefeituras implementam essa atividade porque acham que terão um resultado mais rápido, o que daria uma falsa impressão de se ter o problema resolvido. Para a entidade, seria como “enxugar a água que pinga de uma goteira, e não consertar o cano. Seria apenas tratar os sintomas de uma doença, e não curá-la”.

Uma cidade saudável, na definição da OMS, “é aquela que coloca em prática de modo contínuo a melhoria de seu meio ambiente físico e social utilizando todos os recursos de sua comunidade”. Portanto, considera-se um município saudável “aquele em que os seus dirigentes enfatizam a saúde de seus cidadãos pela ótica ampliada de qualidade de vida”.

Nesse sentido, esta comissão entende que, ao propor o controle reprodutivo de cães e gatos, o Projeto de Lei nº 1.132/2015 vem atender a uma necessidade e a um anseio crescente da população pela implementação de políticas públicas que visem à proteção e ao bem-estar desses animais, bem como à preservação da saúde humana em nosso Estado.

Além de apresentar medidas de combate ao abandono e aos maus-tratos, demanda de parcela cada vez mais consciente da sociedade que já não suporta conviver com a exposição desses seres sencientes a todo tipo de crueldade e sofrimento, o projeto trata também de uma questão de saúde pública, com reflexos positivos na segurança pública e no meio ambiente.

É urgente e recomendável, portanto, que os gestores públicos reconheçam e estimulem a sinergia entre o poder público e a sociedade para o enfrentamento dessa questão.

Muitas formas de parcerias podem ser estimuladas e implementadas, como a formação de consórcios públicos intermunicipais, o estabelecimento de convênios com clínicas veterinárias, com universidades que ofereçam o curso de medicina veterinária, com organizações da sociedade civil, bem como medidas de apoio a ativistas e protetores independentes.

Assim, esta comissão defende a aprovação desse relevante projeto de lei e espera a implementação das medidas propostas, realçando a necessidade da realização de campanhas educativas, de conscientização e de estímulo à participação da população na busca da solução do problema do abandono e de suas consequências, por meio da adoção, da castração e da guarda responsável.

Como contribuição desta comissão, apresentamos uma proposta de substitutivo para análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Esclarecemos que partimos do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, incorporamos ideias contidas no Projetos de Lei nºs 1.698/2015, 1.732/2015 e 2.345/2015, anexados ao projeto em estudo, e contamos com a contribuição de especialista no assunto.

Entre as principais sugestões que apresentamos para serem avaliadas pela comissão de mérito que nos encaminhou em diligência o projeto, destacamos: a inclusão de artigo que vise a proibir o extermínio de cães e gatos para fins de controle populacional desses animais; a implantação de dispositivo eletrônico subcutâneo que permita, por meio de um código individual, identificar cães e gatos, relacioná-los com seu responsável, bem como informar sobre procedimentos relevantes neles realizados, como a castração e a imunização; o estabelecimento, em lei, de responsabilidades para os criadores e vendedores de cães e gatos, as quais já se encontram previstas na Resolução nº 1.069, de 2014, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, mas não são cumpridas.

Vale ressaltar que o dispositivo de identificação já é implantado, por exemplo, pelas unidades de vigilância de zoonoses da Capital. Mas, para que essa medida funcione efetivamente, é necessária a existência de um banco de dados padronizado que permita a consulta às informações sobre o animal contidas nesse banco, mediante a leitura do dispositivo de identificação. Esse banco de dados evitará, por exemplo, que fêmeas castradas sejam submetidas a nova cirurgia para esterilização, tornando possível a identificação de cães desaparecidos e sua devolução a seus tutores ou responsáveis, bem como auxiliará nos casos de responsabilização por abandono de animais.

O custo do dispositivo de identificação é inferior a 10% do valor médio de uma castração. Assim, sua viabilidade econômica é evidente, pois sua implantação propicia a economia de recursos humanos, materiais e financeiros utilizados para se realizar, desnecessariamente, nova cirurgia de castração em fêmeas já castradas, além, é claro, de evitar o sofrimento e os riscos desnecessários causados ao animal.

Conclusão

Em resposta à diligência a nós encaminhada, apresentamos nossas contribuições e sugestões na proposta de substitutivo a seguir redigida.

**PROPOSTA DE SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.132/2015**

Dispõe sobre a proteção e o controle populacional de cães e gatos no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A proteção e o controle populacional de cães e gatos no Estado serão realizados em conformidade com o disposto nesta lei.

Art. 2º – Fica vedado, no âmbito do Estado, o extermínio de cães e gatos para fins de controle de população.

Art. 3º – Compete ao município, com o apoio do Estado, implementar ações que promovam:

I – a proteção e a prevenção de maus-tratos a cães e gatos, bem como a punição ao abandono desses animais;

II – o controle populacional de cães e gatos, com vistas à prevenção de zoonoses;

III – a conscientização da sociedade sobre a importância da proteção e do controle populacional de cães e gatos.

Parágrafo único – As ações de que trata o *caput* deste artigo poderão ser realizadas por meio de parceria com entidades públicas ou privadas.

Art. 4º – Aos municípios, com o apoio do Estado, compete proceder à identificação de cães e gatos por meio de dispositivo eletrônico subcutâneo que permita, por meio de um código individual, identificar o animal, relacioná-lo com seu responsável, informar sobre procedimentos relevantes nele realizados, como a castração e a imunização, na forma do regulamento.

§ 1º – Compete ao Estado viabilizar um sistema de banco de dados padronizado e acessível ao órgão, entidade ou profissional de que trata o § 2º, que possibilite o disposto nesse artigo.

§ 2º – Cabe ao órgão, entidade ou profissional que implantar o dispositivo ou realizar procedimentos relevantes no animal alimentar o banco de dados, na forma do regulamento.

§ 3º – É dever do responsável pelo animal providenciar a identificação a que se refere o *caput* deste artigo, bem como comunicar ao órgão, entidade ou profissional referido no § 2º deste artigo qualquer alteração em relação ao responsável pelo animal;

§ 4º – Os criadores de cães e gatos com finalidade comercial, bem como as pessoas físicas ou jurídicas que comercializarem esses animais:

I – providenciarão a identificação do animal antes da venda;

II – atestarão a procedência, espécie, raça, sexo, idade real ou estimada;

III – comercializarão somente animais devidamente imunizados e desverminados, considerando-se o protocolo específico para a espécie comercializada;

IV – disponibilizarão a carteira de imunização emitida por médico-veterinário, na forma da legislação pertinente;

V – fornecerão ao adquirente do animal orientação quanto aos princípios da tutela responsável e cuidados com o animal, visando a atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 5º – No recolhimento de animais pelo poder público deverão ser observados procedimentos de manejo, de transporte e guarda que assegurem o bem-estar do animal.

§ 1º – No ato do recolhimento deverá ser averiguada a existência de responsável ou de cuidador do animal.

§ 2º – O responsável ou cuidador do animal recolhido terá até três dias úteis para resgatá-lo, observado o disposto no § 6º.

§ 3º – O animal recolhido e não resgatado pelo seu responsável será esterilizado, identificado e disponibilizado para adoção.

§ 4º – Os locais destinados à guarda e exposição dos animais disponibilizados para adoção serão abertos à visitação pública, devendo os animais serem separados segundo sua espécie, porte, idade e temperamento.

§ 5º – É proibida a entrega de cães e gatos recolhidos por órgãos ou entidades públicos para a realização de pesquisa científica ou apresentação em evento de entretenimento.

§ 6º – O animal que tenha, comprovadamente, sofrido atos de crueldade, abuso ou maus-tratos e que tenha sido recolhido nos termos deste artigo não será devolvido ao seu responsável, devendo ser esterilizado e disponibilizado para adoção.

Art. 6º – O animal comunitário recolhido nos termos do art. 5º será esterilizado, identificado e devolvido à comunidade de origem pelo órgão competente.

Parágrafo único – Entende-se por cão ou gato comunitário aquele que, apesar de não ter responsável definido e único, estabelece com a comunidade onde vive vínculos de dependência e manutenção.

Art. 7º – No procedimento de esterilização de cães e gatos, serão utilizados meios e técnicas que causem o menor sofrimento aos animais, de maneira ética, com insensibilização, de modo que não se exponha o animal a estresse e a atos de crueldade, abuso ou maus-tratos, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º – O poder público promoverá campanhas educativas de conscientização sobre a necessidade da proteção e do controle populacional de cães e gatos, que abordem:

I – a importância da esterilização cirúrgica para a saúde e o controle reprodutivo de cães e gatos;

II – a necessidade de vacinação e desverminação de cães e gatos para a prevenção de zoonoses;

III – a importância da guarda responsável de cães e gatos, levando em consideração as necessidades físicas, biológicas e ambientais desses animais, bem como a manutenção da saúde pública e do equilíbrio ambiental;

IV – as vantagens da adoção de cães e gatos;

V – o caráter criminoso do abuso e dos maus-tratos contra os animais, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 1998.

Art. 9º – Fica acrescentado ao art. 40 da Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, o seguinte parágrafo único:

“Art. 40 – (...)

Parágrafo único – As atividades de comercialização de animais domésticos e de sua criação para fins de reprodução dependem de licença do poder público municipal.”



Art. 10 – Para a implementação das medidas previstas nesta lei, poderá ser realizada parceria, associação ou convênio entre municípios, Estado, União, entidades organizadas da sociedade civil, instituições de ensino, consultórios, clínicas e hospitais veterinários, empresas e entidades de classes.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Ricardo Faria.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Duarte Bechir, Cabo Júlio e Ricardo Faria (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a desigualdade legislativa existente entre os servidores administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais e os servidores estritamente policiais, bem como a situação dos servidores públicos da área da saúde, especialmente no que se refere às necessárias nomeações e preenchimento de cargos, e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Cristina Pereira Mesquita, excedente no concurso da Polícia Civil de Minas Gerais, solicitando que a Comissão de Direitos Humanos interceda junto ao secretário de Planejamento e Gestão e ao chefe de Polícia Civil para que sejam retirados dos cargos administrativos os funcionários da Minas Gerais Administração e Serviços S.A – MGS –, contratados pela administração da Polícia Civil, e que sejam feitas as nomeações dos aprovados no concurso. Comunica, também, o recebimento de ofício do Hospital Madre Teresa, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/9/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Gabriela Câmara Campos Siqueira, superintendente da Central de Administração de Pessoal, e Luciana Meireles Ribeiro, diretora da Central de Carreiras e Remuneração da Secretaria de Planejamento e Gestão, ambas representando o secretário, Alexia Luciana Ferreira, superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria de Saúde, representando o secretário, Núbia Roberta Dias, representando os Auxiliares de Gestão e Assistência à Saúde da Secretaria de Saúde – Augas –, Tânia Oliveira Alves, psicóloga da Polícia Civil, e Sandra Margareth Silvestrini de Souza, representante do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais – Serjusmig –, e os Srs. Antônio Carlos Alvarenga, delegado-geral de Polícia e chefe de gabinete da Polícia Civil, e Marcelo Couto, delegado-geral e chefe do Departamento de Administração e Pagamento de Pessoal, ambos representando o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Valério Schettino Valente, secretário-geral da Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Cíveis da Região Sudeste, representando o presidente, Renato Almeida de Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind –Saúde, representando o diretor administrativo, que são convidados a tomar assento à mesa. Retira-se o deputado Duarte Bechir. A presidência concede a palavra ao deputado Ricardo Faria, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retira-se o deputado Cabo Júlio. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Retira-se o deputado Rogério Correia. Registra-se a presença do deputado Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.548/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater ofensa ao direito de liberdade de expressão sofrido pelo Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais – Serjusmig –, bem como as denúncias de perseguição sofridas pelos servidores do Tribunal de Justiça em razão da campanha salarial lançada pelo sindicato em 2015;

nº 3.549/2015, dos deputados Ricardo Faria, Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Secretaria de Planejamento e Gestão e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos realizada em 16/9/2015, com vistas ao atendimento das demandas apresentadas pelos servidores da Polícia Civil durante a referida reunião;

nº 3.550/2015, dos deputados Ricardo Faria, Cristiano Silveira e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos realizada em 16/9/2015, com vistas ao atendimento das demandas apresentadas pelos servidores da Secretaria de Saúde durante a referida reunião;

nº 3.551/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Participação Popular, no Município de Contagem, para debater causas, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros do Estado, conforme solicitado pela Coordenação Nacional das Entidades Negras – Conen;

nº 3.552/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para apurar as causas da morte de um detento, cujo corpo foi encontrado em uma cela do presídio de Barbacena, considerando-se que, de acordo com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, é dever do estado zelar pela segurança e integridade física das pessoas privadas de liberdade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 18 de setembro de 2015.
Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da cadeia pública de Albertina, na Comarca de Jacutinga, em razão das péssimas condições em que se encontra, trazendo insegurança a toda a comunidade. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Simone Dias de Freitas, assessora de gabinete da Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria da Defesa Social, representando o secretário adjunto, Sr. Rodrigo Melo Teixeira, e Mara de Cassia Rinco, vereadora da Câmara Municipal de Albertina; e os Srs. João Eusébio Cruz, delegado-geral de Polícia, chefe de departamento da Polícia Civil, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil do Estado, José Walter da Mota Matos, delegado-geral de Polícia Civil, Rovilson Edivino Ferreira, prefeito municipal de Albertina, José Ulisses Diniz, presidente da Câmara Municipal de Albertina, e João Batista Rafael, Demétrio Panicani, Marto Reginaldo Luís, José Alex Orru, Leandro de Luca e Gustavo José Facanali, vereadores da Câmara Municipal de Albertina, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2015.
Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Júlio Delgado, deputado federal, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.113 e 1.116/2015, desta comissão (3/9/2015), da Sra. Rita Fernandes Ferreira de Almeida, presidente do Instituto de Educação e Construção da Cidadania, encaminhando relatório das atividades realizadas por esse instituto em 2014 (4/9/2015), da Sra. Elisa Smanoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.715 e 1.727/2015, desta comissão (4/9/2015), e do Sr. Odelmo Leão, deputado federal, comunicando o recebimento do ofício que encaminhou cópia do Requerimento nº 1.725/2015, desta comissão (12/9/2015). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.578/2015, no 1º turno, do qual designou relator o deputado Celinho do Sinttrocel. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 16/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), 471/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira) e 740/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 26, 603, 1.033, 1.203, 1.260, 1.299, 1.421, 1.505, 1.507, 1.509, 1.510, 1.514, 1.520, 1.544, 1.661, 1.894 e 2.085/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.555/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência pública das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Segurança Pública, em Ipatinga, para debater a situação do sistema prisional e as condições de trabalho dos rodoviários da região;

nº 3.556/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a situação dos trabalhadores da empresa *Infinity Bioenergy* – Unidade Alcana, na região de Nanuque;

nº 3.557/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social em Além Paraíba para debater os impactos da revogação do Regime de Tributação Especial concedido às empresas atacadistas, conforme Resolução nº 4.800, de 2015, da Secretaria de Fazenda;

nº 3.558/2015, da deputada Marília Campos, e dos deputados Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a divulgação dos valores dos contratos de venda de energia aos consumidores livres e os nomes das empresas compradoras de energia;

nº 3.559/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a elaboração e o encaminhamento a esta Casa de um plano de redução de tarifas e um plano de atenção aos atingidos por barragens;



nº 3.560/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater as condições de trabalho e os direitos previdenciários dos atletas profissionais e dos amadores do Estado;

nº 3.561/2015, do deputado Rogério Correia, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizado debate público da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para discutir a privatização do setor elétrico e seus impactos no trabalho e nos custos da energia;

nº 3.563/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a situação dos trabalhadores da Usina de Furnas diante da ameaça de privatização;

nº 3.564/2015, da deputada Marília Campos, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a inclusão do passivo social no custo das novas tarifas de energia por ocasião da renovação das concessões;

nº 3.565/2015, da deputada Marília Campos, do deputado Celinho do Sinttrocel e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para discutir a privatização do setor elétrico;

nº 3.567/2015, da deputada Marília Campos, do deputado Rogério Correia e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que a empresa participe dos leilões para renovação das concessões das usinas de geração de energia, com garantia de manutenção integral da empresa, por meio da Cemig GT;

nº 3.568/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a elaboração de proposta de acordo coletivo de trabalho específico para primarização, conforme sugerido pelo Sindieletró – MG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Isauro Calais – Geraldo Pimenta – Durval Ângelo.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Geraldo Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.188 e 2.198/2015 (Fábio Avelar Oliveira) e Projetos de Lei nºs 2.161 e 2.171/2015 (Geraldo Pimenta) todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.529/2015 com a Emenda nº 1, votada em separado, e 1.103 e 1.939/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira) e 1.560, 1.886 e 1.998/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.928, 1.939, 1.976, 2.114 e 2.122/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 694, 811, 1.108, 1.528 e 1.530/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.553/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater a atuação da arbitragem de futebol profissional no Brasil;

nº 3.554/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada reunião, com convidados, da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, com a presença do secretário de esportes do Estado e membros organizadores das Olimpíadas Rio 2016, para debater o planejamento e a organização desse evento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo, Roberto Andrade, Professor Neivaldo e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a criação de políticas públicas de fomento à dança e discutir e votar proposições da reunião. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião



para ouvir as Sras. Adriana Perrela Matos, diretora do Fórum Internacional de Dança – FID –, Patrícia Machado Coelho Lima, representante de Grupos e Artistas Profissionais do Interior de Minas Gerais – Viçosa –, Maria Regina Fagundes Amaral, membro da diretoria da Associação Cultural Dança Minas, representando a Sra. Andréa de Azevedo Anhaia, presidente da Associação Dança Minas, e Rosa Antunã, representante dos Artistas Independentes do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Cristiano Reis, gerente da Cia. de Dança da Fundação Clóvis Salgado, representando o Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Cultura, Alexandre José Molina, membro do Conselho Estadual de Cultura, Sandro Borelli, presidente da Cooperativa de Dança de São Paulo, Leonardo Lessa, diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte – Ceacen –, e Wenderson Godoi, representante de Grupos e Artistas Profissionais do Interior de Minas Gerais – Ipatinga, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.168, 2.179, 2.181 e 2.244/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Bosco, presidente – Cristina Corrêa.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/9/2015

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.562/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo com a finalidade de debater as propostas para restringir as atividades nas áreas externas de estabelecimentos como bares, restaurantes e similares após as 23 horas na cidade de Belo Horizonte, que é nacionalmente conhecida como a "capital dos botecos", movimentando a nossa economia, turismo e a rede hoteleira de uma forma geral;

nº 3.566/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Fabiano Tolentino, Duarte Bechir e João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, com a finalidade de discutir a forma de aquisição de mobiliário escolar pela Secretaria de Educação, em razão de denúncias de possível cartelização e prejuízo às indústrias mineiras, bem como à arrecadação de tributos estaduais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Felipe Attiê.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/9/2015

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à entrega de diplomas referentes a manifestações de aplauso a jornalistas mineiros pelo brilhante trabalho em relação ao tema "Defesa do consumidor" e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe a reunião. É reaberta a reunião, com a presença dos deputados Sargento Rodrigues e Roberto Andrade, que passa a presidir os trabalhos. A audiência pública deixa de ser realizada, em razão da ausência dos convidados, devido a uma falha administrativa. A presidência determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2015.

Elismar Prado, presidente – Noraldino Júnior – Roberto Andrade.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/9/2015

Às 13h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Ivair Nogueira (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater a regularização fundiária da Colônia Santa Izabel, assentada em área de domínio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, e a discutir e votar



proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sras Erlinda Maria Silva, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Betim, representando o presidente; e os Srs. Aécio Pinto Rodrigues e Vinicius Braga Saraiva de Resende, ambos vereadores da Câmara Municipal de Betim; Raphael Martins Filho, chefe da Divisão de Assessoria Técnica, representando a procuradora-geral do Município de Betim; Paulo Tarcísio Pinheiro da Silva, vice-presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig -, representando o presidente; Júlio César Pinto, procurador e assessor presidência da Fhemig; José Coelho Ribeiro, superintendente da Defesa Civil de Betim; Gilberto Vieira Andrade, coordenador técnico da Superintendência Municipal de Defesa Civil; Tiago Francisco Duarte, chefe de Divisão de Projetos e Programas, representando o superintendente de Habitação de Betim; Getúlio Ferreira de Moraes, diretor da Casa de Saúde Santa Izabel; Hélio Aparecido Dutra, presidente da Associação Comunitária de Moradores da Colônia Santa Izabel, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Fred Costa, presidente – Wander Borges – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 9h10min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e a subscreve. Registra-se a presença do deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência). A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento do cargo de investigador da Polícia Civil de Minas Gerais, realizado em 2014, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 24/9/2015: ofícios dos Srs. Helbert Alexandre do Carmo, subcorregedor-geral de Polícia Civil; e Rafael de Brito Aquino Soares, superintendente regional substituto da Polícia Rodoviária Federal (2). A Presidência suspende os trabalhos da comissão por prazo indeterminado. Reabertos os trabalhos, a presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Sind-Pol; Hugo Leonardo Duarte, líder do Movimento SOS Polícia Civil; Francisco Roque da Rocha, representante do Movimento SOS Polícia Civil; Thiago Oliveira, representante do Movimento SOS Polícia Civil; Júlio Emilio Duarte Filho, excedente do Curso de Formação de Oficiais dos Bombeiros Militares; Fabrício Queiroz Carvalho, representante da comissão dos aprovados excedentes do concurso público para médico-legista e perito criminal da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, também autor do requerimento que deu origem à reunião, para suas considerações, e aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Antônio Carlos Arantes e Antônio Jorge. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e informa que os requerimentos constantes na pauta não foram aprovados por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada imediatamente após o término da reunião, para debater a situação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento do cargo de investigador da Polícia Civil de Minas Gerais, realizado em 2014, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Professor Neivaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 13h30min, cumprido o prazo regimental de duração da reunião e não havendo quórum para a reabertura dos trabalhos, a reunião é encerrada.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cabo Júlio, João Alberto e João Magalhães (substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia, Arnaldo Silva e Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a



reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria contante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 11h11min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Tiago Cota, Cabo Júlio (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM) e Nozinho (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Estão presentes, também, os deputados Inácio Franco, Doutor Wilson Batista, Glaycon Franco, Douglas Melo, Isauro Calais e Roberto Andrade. Suspende-se a reunião. Às 13h31min, cumprido o prazo regimental de duração da reunião e não havendo quórum para a reabertura dos trabalhos, a matéria da pauta deixa de ser apreciada, e a reunião é encerrada.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Celise Laviola – Iran Barbosa – Professor Neivaldo.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Ricardo José Charbel, diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig, que encaminha relatório informando sobre a evolução do Programa Minas Comunica II, que será encaminhado bimestralmente a esta comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Máira Rodrigues Paiva, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Integração Nacional (21/8/2015); e Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Públicas (22/8/2015); e dos Srs. Vitor Valverde, secretário municipal de Governo (20/8/2015); Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz (2), diretor de Relações Institucionais e Corporativas Regional Vivo Minas (27/8/2015); e Cláudio Marcassa, diretor Regional do Senai DRMG (10/9/2015). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.391 a 2.394, 2.401 e 2.423/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes Requerimentos nºs 3.629 e 3.631/2015. É adiada a votação, a requerimento do deputado Wander Borges, do Requerimento nº 3.630/2015.

São recebidos pelo presidente e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos:

nº 3.679/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos permissionários para a venda de produtos alimentícios em vias públicas de Belo Horizonte;

nº 3.680/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a situação da Maternidade Leonina Leonor Ribeiro, de Belo Horizonte;

nº 3.681/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública, em Sabará, para debater a cobrança da taxa de esgoto pela Copasa, considerando o atraso no cumprimento do cronograma de obras por essa empresa;

nº 3.682/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Passa-Quatro por ocasião da comemoração do Dia do Marco da Renovação da Primeira República Brasileira, celebrado em 3 de outubro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2015.

Wander Borges, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Paulo Lamac.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Gil Pereira e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Dâmina Pereira, deputada federal, publicado no *Diário do Legislativo*, em 24/9/2015, que informa que as cópias dos Requerimentos 1.664, 1.665 e 1.725/2015 foram encaminhadas ao senador Eunício Oliveira, relator da Medida Provisória nº 677/2015, encaminhando as sugestões apresentadas para alteração do texto da referida matéria e ainda que foi enviado ofício à Petrobras, solicitando investimentos da empresa na fábrica de amônia no Município de Uberaba; e *e-mail* do deputado federal Tenente Lúcio, publicado no *Diário do Legislativo*, em 18/9/2015, informando que vem diligenciando no mesmo sentido da correspondência citada acima. Retira-se do recinto a deputada Ione Pinheiro, e registra-se a presença do deputado João Vítor Xavier. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pelo presidente e aprovado o Requerimento nº 3.683/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita ao Seminário Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura Nacional de Energia Solar Fotovoltaica, a ser realizado em 8/10/2015, das 8h30min às 18horas, no Interlegis, em Brasília. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2015.
Gil Pereira, presidente – Dilzon Melo – Tony Carlos.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Léo Portela e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Léo Portela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.883 e 2.792/2015 (relator: deputado Léo Portela). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo) e dos Projetos de Lei nºs 16, 471, 740, 1.103, 1.303, 1.425, 1.492, 1.529, 1.560, 1.886, 1.895, 1.939 e 1.998/2015 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.
Gilberto Abramo, presidente – Leo Portela – Tiago Ulisses.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 14h50min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a dar prosseguimento ao debate sobre a situação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento do cargo de investigador da Polícia Civil de Minas Gerais, realizado em 2014, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Sind-Pol; Hugo Leonardo Duarte, líder do Movimento SOS Polícia Civil; Francisco Roque da Rocha, representante do Movimento SOS Polícia Civil; Thiago Oliveira, representante do Movimento SOS Polícia Civil; Júlio Emílio Duarte Filho, excedente do Curso de Formação de Oficiais dos Bombeiros Militares; Fabrício Queiroz Carvalho, representante da comissão dos aprovados excedentes do concurso público para médico-legista e perito criminal da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, e informa que a matéria constante na pauta não foi apreciada por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2015.
Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da MG-050, administrada pela Concessionária Nascentes das Gerais, especialmente sobre os projetos em andamento, futuros projetos e o cronograma das obras de duplicação, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Regina Maria Cioffi Batagini, presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas (17/9/2015), e dos Srs. Ricardo Mascarenhas Lopes, diretor de Relações Institucionais e Corporativas Regional Vivo Minas; e José Geraldo Guedes, presidente da Câmara Municipal de Nova Lima (10/9/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 265/2015, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares), 1.210/2015, no 1º turno, e 2.268/2015, no turno único (deputado Anselmo José Domingos). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. João Luis de Oliveira, assessor de gabinete, representando o prefeito municipal de Divinópolis, Vladimir de Faria Azevedo; a Sra. Mailla Virgínia de Faria Soares, superintendente de Infraestrutura de Transporte; e os Srs. Felipe Melo Rocha, diretor de Gestão de Contratos, representando o secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Murilo de Campos Valadares; André Luis Cairo de Azevedo, gerente de Fiscalização de Concessões do Departamento de Estradas de



Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, representando o diretor-geral, Célio Dantas de Brito; Osmando Pereira da Silva, prefeito municipal de Itaúna; Joselito Rodrigues de Castro, diretor executivo da Concessionária Nascentes das Gerais, também representando o diretor-presidente da Atlantia Bertin Concessões – Abconcessões – São Paulo, José Renato Ricciardi; Antônio Carlos Pereira de Oliveira, membro da Comissão do Centro Industrial da Associação Comercial e Industrial de Divinópolis, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Cássio Soares. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. É recebido pela presidência ofício do Sr. Antônio Carlos Pereira de Oliveira, representante da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Serviços de Divinópolis. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei n°s 1.109, 1.452 e 1.588/2015 não são apreciados por falta de quorum. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos n°s 2.268, 2.290, 2.291, 2.293, 2.329, 2.387, 2.402, 2.406, 2.407 e 2.431/2015 não são apreciados por falta de quorum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Celinho do Sinttrocel – Carlos Pimenta.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, Iran Barbosa e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Às 18h9min, são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Celise Laviola e dos deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Thiago Cota, Léo Portela (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM) e Paulo Lamac (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São apresentados requerimentos do deputado Felipe Attiê em que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei n° 2.817/2015 e em que solicita seja esse requerimento votado pelo processo nominal. Submetidos a votação, são rejeitados os requerimentos, registrando-se o voto contrário do deputado Felipe Attiê. O presidente determina seja distribuído em avulso o parecer que conclui pela aprovação, na forma do vencido no 1º turno com as Emendas n°s 1 e 2 ao Projeto de Lei n° 2.817/2015, no 2º turno, do qual é relator. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de 30/9/2015, às 7h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Rogério Correia – Vanderlei Miranda – Celise Laviola.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dilzon Melo, Cássio Soares (substituindo o deputado Leandro Genaro, por indicação da liderança do BCMG) e Luiz Humberto Carneiro (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Darcy Lopes de Faria, presidente da Câmara Municipal de São Domingos das Dores, publicada no *Diário do Legislativo* de 17/9/2015, solicitando a intercessão desta Casa perante o governo do Estado com vistas à obtenção de recursos para a compra de terreno e a construção de sede para a Associação dos Membros de Alcoólicos Anônimos de São Domingos das Dores. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, Projetos de Lei n°s 2.071/2015 (deputado Léo Portela), 2.087/2015 (deputada Ione Pinheiro) e 2.412/2015 (deputado Antônio Jorge). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei n°s 1.522, 2.213 e 2.246/2015, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

n° 3.684/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada visita aos Hospitais Raul Soares e Galba Veloso e ao Centro Psíquico da Adolescência e Infância, vinculados à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, com o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido com as pessoas dependentes de álcool e outras drogas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 6 de outubro de 2015.

Antônio Jorge, presidente – Leandro Genaro – Léo Portela.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Às 19h15min, comparecem na Quadra Eustáquio Ribeiro da Costa, em Esmeraldas, a deputada Marília Campos e o deputado Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o saneamento básico no Município de Esmeraldas e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Márcia de Moraes Pinto, vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas; e Valéria Benevenuto Camargos, vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas; e os Srs. Glacialdo de Souza Ferreira, prefeito municipal de Esmeraldas; Clébio Antônio Batista, superintendente operacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e Ronaldo Silveira Paulinelli, gerente do Distrito de Ribeirão das Neves-Esmeraldas, representando Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente, e Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG; Ronaldo Alves de Oliveira Brandão, vereador da Câmara Municipal de Esmeraldas; e Rodinei Ferreira Dias, vereador do Município de Contagem., que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.

Inácio Franco, presidente – Marília Campos – Dilzon Melo.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ivair Nogueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante em pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, Projeto de Lei nº 2.456/2015 (deputado Cássio Soares), Projeto de Lei nº 2.748/2015 (deputado Dilzon Melo) e Projeto de Lei nº 2.028/2015 (deputada Marília Campos). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 748/2015 (relator: deputado Dilzon Melo), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.369, 2.377 e 2.458/2015. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.191/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.686/2015, do deputado Cássio Soares e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru – e à Copasa-MG pedido de providências para que seja elaborado plano de investimentos para o saneamento básico com fornecimento de água e implantação de redes de esgoto e estação de tratamento no Município de Esmeraldas;

nº 3.687/2015, do deputado Cássio Soares e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para fiscalização da exploração de areia e seus impactos ambientais no Município de Esmeraldas;

nº 3.688/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Cássio Soares, em que solicitam seja realizada visita à Copasa-MG, com a comissão de moradores do Município de Esmeraldas, para tratar das demandas apresentadas na 7ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 29/9/2015;

nº 3.689/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Cássio Soares, em que solicitam sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – e à Copasa-MG as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/9/2015;

nº 3.690/2015, do deputado Cássio Soares e do deputado Inácio Franco, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a expansão do programa de educação ambiental Nadando com o Theo pelo Rio das Velhas para outras bacias hidrográficas do Estado;

nº 3.691/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para liberação dos recursos financeiros necessários ao prosseguimento da execução do programa de educação ambiental Nadando com o Theo pelo Rio das Velhas;

nº 3.692/2015, do deputado Cássio Soares e do deputado Inácio Franco, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja criada uma diretoria de educação ambiental



responsável pela elaboração de programas de educação ambiental a serem desenvolvidos especialmente para as crianças e jovens da rede estudantil de todas as regiões do Estado;

nº 3.693/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Ivair Nogueira, em que solicitam seja criado grupo de trabalho com o objetivo de debater soluções para a revitalização do Parque Fernão Dias, localizado nos Municípios de Betim e Contagem;

nº 3.694/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião, com a presença de convidados, para debater a proposta de utilização da Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo pela Prefeitura de Belo Horizonte, à luz do Projeto de Lei nº 2.152/2015, que propõe a revogação da Lei nº 13.958, de 2001;

nº 3.695/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Ivair Nogueira, em que solicitam seja realizada reunião, com a presença de convidados, para apresentação do pré-projeto de revitalização do Parque Fernão Dias, elaborado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e debate de formas de revitalizar esse parque e devolvê-lo à população.

A presidência deixa de receber, nos termos do art. 173 do Regimento Interno, o seguinte requerimento:

nº 3.685/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as mudanças anunciadas pelo governo do Estado na estrutura orgânica do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Dilzon Melo.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Doutor Wilson Batista, Elismar Prado e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos autores dos Projetos de Lei nºs 270, 602, 609, 1.038, 1.301, 1.302, 1.596, 1.845, 1.919, 2.070, 2.243 e 2.408/2015, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.911, 2.914, 2.919, 2.891, 2.899 e 2.902/2015 (Antônio Jorge); 2.896, 2.905, 2.918, 2.885, 2.901 e 2.907/2015 (Bonifácio Mourão); 2.906, 2.923, 2.889 e 2.898/2015 (Cristiano Silveira); 2.890, 2.924, 2.897, 2.908 e 2.915/2015 (Isauro Calais); Projeto de Lei Complementar nº 42/2015 e Projetos de Lei nºs 2.916, 2.922, 2.888, 2.894 e 2.900/2015 (João Alberto); 2.816, 2.882, 2.886, 2.903, 2.913, 2.892, 2.909, 2.912 e 2.917/2015 (Leonídio Bouças); 2.884 e 2.893/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os projetos de lei mencionados entre parênteses são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados: Isauro Calais (2.648/2015); Cristiano Silveira (95/2015); João Alberto e Leonídio Bouças (167/2015); João Alberto (363, 436, 676, 858, 960, 1.458, 1.628, 1.821, 2.109, 2.461, 2.553, 1.378, 1.673, 2.316, 2.327 e 2.619/2015); Leonídio Bouças (994/2015). O Projeto de Lei nº 437/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.668/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão) e 2.672/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). A presidência suspende a reunião. Às 14h33min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Leonídio Bouças, Cristiano Silveira, Isauro Calais, João Alberto e Luiz Humberto Carneiro, membros da comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 221/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto). Registra-se a saída do deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 338 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 367 com a Emenda nº 1 e 1.088/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 505 e 804/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 565, 904 e 1.261/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 695, 1.002 e 1.174/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados João Alberto, Cristiano Silveira e Isauro Calais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.161/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado devido à solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado João Alberto. A presidência suspende a reunião. Às 16h30min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Leonídio Bouças, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.602/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Bonifácio Mourão. Os demais projetos constantes na pauta deixam de ser apreciados por causa do



término do prazo regimental da reunião. A presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada nesta mesma data, às 16h38min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão – Isauro Calais – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Dâmina Pereira, deputada federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.725/2015, desta comissão (24/9/2015), e do Sr. Lincoln Portela, deputado federal, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.113 e 1.116/2015, desta comissão (26/9/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.153, 1.898, 2.105, 2.259, 2.307, 2.315 e 2.319/2015 (Celinho do Sinttrocel), 2.127, 2.199, 2.309 e 2.326 (Geisa Teixeira), 1.521, 2.311 e 2.321/2015 (Isauro Calais), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.578/2015 é convertido em diligência às Secretarias de Governo e de Trabalho e Desenvolvimento Social, atendendo-se a requerimento do relator, deputado Celinho do Sinttrocel, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.277/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 1.279/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 1.296/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 1.776/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.033/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.083/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.084/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.128/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.181/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); 2.189/2015 (relatora: deputada Geisa Teixeira); 2.196/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 2.247/2015 (relator: deputado Isauro Calais), que receberam parecer por sua aprovação, votando “sim” a deputada Geisa Teixeira e os deputados Anselmo José Domingos e Celinho do Sinttrocel e não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 2.295/2015 e 2.400/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 16, 471, 740 e 1.741/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.696/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as atuais atribuições e as condições de trabalho dos conselheiros tutelares;

nº 3.697/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão de Segurança Pública às unidades prisionais de Ipatinga, Ipaba, Coronel Fabriciano e Timóteo, com o objetivo de verificar as condições de acatamento de presos nesses presídios;

nº 3.698/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater as implicações das propostas contidas no documento intitulado “Por um Brasil Justo e Democrático” sobre o mundo do trabalho;

nº 3.699/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos da Resolução nº 556, de 17/9/2015, do Conselho Nacional de Trânsito, que tornou facultativo o uso de extintor de incêndio para automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada, nos postos de trabalho no Estado, em virtude da grande quantidade de indústrias que fabricam o equipamento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cristiano Silveira, João Magalhães e Leonídio Bouças (substituindo, respectivamente, os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva e Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM) e Nozinho (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Gilberto Abramo, Léo Portela e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 20 horas, o presidente, verificando de plano que não há quórum para a reabertura dos trabalhos nem para a apreciação da matéria constante na pauta, encerra a reunião.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.



Vanderlei Miranda, presidente – Marília Campos – Arnaldo Silva – Thiago Cota.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

Às 16h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Inácio Franco e Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença dos deputados Glaycon Franco (substituindo o deputado Antônio Jorge, por indicação da liderança do BCM) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados de pauta, por terem sido apreciados em reunião anterior, os Projetos de Lei nºs 50, 367, 505, 804 e 1.088/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 221/2015 (relator: deputado João Alberto); 338 e 2.672/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); 565 e 1.261/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 2.668/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Os Projetos de Lei nºs 95, 167, 363, 436, 676, 858, 960, 994, 1.458, 1.628, 1.821, 2.109, 2.461, 2.553, 1.378, 1.673, 2.316, 2.327, 2.619 e 2.648/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Isauro Calais. Os Projetos de Lei nºs 695, 1.002, 1.161, 1.174 e 1.602/2015 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 1.625/2015, ao autor e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.560/2015, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora o Projeto de Lei nº 2.649/2015, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Lavras o Projeto de Lei nº 2.745/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); ao autor e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.653/2015 (relator: deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição). Registra-se a saída dos deputados Bonifácio Mourão e Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.675/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo); 1.683/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais, em virtude de redistribuição); e 2.227/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Isauro Calais e a entrada do deputado Paulo Lamac (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.905/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.552/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.753, 2.595 e 2.751/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Luiz Humberto Carneiro, relativo aos dois primeiros, e Bonifácio Mourão, em relação ao último. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.182/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 1.590/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Roberto Andrade, em virtude de redistribuição); 1.591 com a Emenda nº 1, 2.568 e 2.581/2015 (deputado Bonifácio Mourão); 2.405, 2.554, 2.557, 2.576, 2.585, 2.621, 2.639, 2.591 e 2.616/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo os sete primeiros em virtude de redistribuição). Registra-se a saída do deputado Paulo Lamac e a entrada do deputado Professor Neivaldo (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.592 com a Emenda nº 1 e 2.212/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 2.540, 2.549, 2.550, 2.558, 2.559, 2.561, 2.562, 2.569 a 2.575, 2.577 a 2.580, 2.582 a 2.584, 2.586 a 2.590, 2.592, 2.594, 2.638, 2.644, 2.745, 2.866 e 2.869/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Cristiano Silveira – Isauro Calais – João Alberto – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2015

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Arlen Santiago, membro e presidente da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a infecção hospitalar e o impacto da interrupção do projeto da Secretaria de Estado de Saúde e da Sociedade Mineira de Infectologia que visa melhor



controle das infecções. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fernanda Carvalho de Menezes, assessora da Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário; Nádia Aparecida Campos Dutra, coordenadora de Investigação e Prevenção de Infecções e Eventos Adversos da Secretaria de Estado de Saúde; Heloísa Helena Pelluci Duarte, médica da Secretaria de Estado de Saúde; e os Srs. Estevão Urbano Silva, presidente da Sociedade Mineira de Infectologia; Carlos Ernesto F. Starling, diretor da Sociedade Mineira de Infectologia; Rodirley Duarte Diniz, diretor técnico do Hospital Municipal de Contagem, representando o secretário Municipal de Saúde; Wesley Marques Nascimento, superintendente da Central dos Hospitais; Bruno de Sousa Leite, especialista em Políticas e Gestão da Saúde – Direito, da Secretaria de Estado de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Ricardo Faria.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2015

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Ricardo Faria. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater sobre o recente desmembramento dos Bairros Jardim Alvorada e Vila Alvorada, do Município de Contagem para o Município de Ribeirão das Neves, em decisão unilateral da administração pública, e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sílvia da Cruz Messias, secretária municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Contagem, e Maria das Graças Soares Barsseda, líder comunitária; e os Srs. Ailton Rodrigues, assistente comercial da Copasa-MG – Distrito de Contagem, e Paulo Sérgio do Valle Nogueira, supervisor administrativo da Copasa-MG – Distrito de Ribeirão das Neves, representando Antônio César Pires de Miranda Júnior, vice-presidente da Copasa-MG; Luciano Gomes Apolinário, gerente de atividades externas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Minas Gerais, representando Fábio Heládio Rodrigues Pereira, diretor regional; Nilton Cesar Neves, analista de comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, representando Marcos Barroso de Resende, assessor da Superintendência de Coordenação Parlamentar; Thalys Marcelo Marques Assunção, administrador da Regional Nacional da Prefeitura de Contagem; Renato Barros, presidente da Associação Comunitária de Integração Social, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Ricardo Faria, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2015.

Rogério Correia, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/10/2015

Às 11h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, João Alberto (substituindo o deputado Professor Neivaldo, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Luciano Piovesan Leme, secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Viçosa, publicado no *Diário do Legislativo* em 24/9/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, são retirados de pauta os Requerimentos nºs 575, 576, 2.450, 2.470 a 2.473, 2.475, 2.477, 2.478, 2.480, 2.481, 2.484 e 2.502/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.700/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Paulo Lamac e João Alberto, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a oferta de turmas no período noturno na Escola Estadual Ordem e Progresso e as providências necessárias para impedir o seu cancelamento. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/10/2015**

Às 19h6min, comparece na Sala das Comissões o deputado Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina ao lançamento e à apresentação do documentário “Dublê de Eletricista” e a debater e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG –, e Soniamara Maranhão, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens; e os Srs. José Henrique de Freitas Vilela, diretor do Sindieletrô-MG; Carlos Machado, produtor e diretor do documentário “Dublê de Eletricista”; Benedito Maia, jornalista, produtor e diretor do mesmo documentário; Alessandro José Nunes da Silva, técnico de Segurança do Trabalho do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Piracicaba; e Lúcio Nery de Souza, eletricista, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Geraldo Pimenta – Professor Neivaldo.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/10/2015

Às 11h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta, Fábio Avelar Oliveira e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.200/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Anselmo José Domingos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.188/2015 com a Emenda nº 1, votada em separado, e são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.079, 2.042, 2.198/2015 (relator: deputado Fábio Avelar); 1.896 e 2.200/2015 (relator: deputado Anselmo José Domingos) e 1.977, 2.161, 2.171 e 2.455/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.463/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.103, 1.529, 1.560, 1.886, 1.939 e 1.998/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/10/2015

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Emidinho Madeira e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.716/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, no Município de Esmeraldas, a prestação de serviços do transporte metropolitano de Esmeraldas;

nº 3.717/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização ao Mercado Central do Município de Ribeirão das Neves com a finalidade de conhecer esse importante empreendimento para o desenvolvimento comercial e turístico desse município;

nº 3.719/2015, do deputado Celinho do Sintrocel, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater as implicações das propostas contidas no documento intitulado “Por um Brasil Justo e Democrático” sobre o mundo do trabalho;

nº 3.721/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, no dia 27/10/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, e sejam convidados para a audiência os membros das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; de Política Agropecuária e Agroindustrial; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Minas e Energia; e de Educação, Ciência e Tecnologia;



nº 3.722/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de Infraestrutura e Logística, no dia 28/10/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, e sejam convidados para a audiência os membros das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; de Assuntos Municipais e Regionalização; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Minas e Energia;

nº 3.723/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de Segurança Pública, no dia 3/11/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, e sejam convidados para a audiência os membros das Comissões de Segurança Pública e de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e outras Drogas;

nº 3.724/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de Saúde e Proteção Social, no dia 4/11/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa, e sejam convidados para a audiência os membros das Comissões de Saúde; do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; de Direitos Humanos; de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e de Esportes, Lazer e Juventude;

nº 3.725/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no âmbito do eixo de Educação e Cultura, no dia 5/11/2015, às 17 horas, no auditório desta Casa e sejam convidados para a audiência os membros das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia; de Cultura; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

nº 3.726/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, no dia 26/10/2015, às 14h30min, no Salão Nobre, dando início ao processo de discussão participativa do Plano nesta Casa;

nº 3.727/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais, conforme previsto na Resolução CEDCA/MG nº 77, de 18 de dezembro de 2014, e em atenção ao requerimento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

nº 3.728/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação e a efetivação da política socioeducativa para adolescentes no Estado de Minas Gerais, conforme requerimento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e orientação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/10/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembleia, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9, 11, 12, 14, 16 a 19, 21 a 24, 26 a 28 e 30 a 32. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 10, 13, 15, 20, 25, 29 e 33.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.720/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH –, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização



Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater as denúncias de supostos crimes de sequestro e tortura cometidos pelo Sr. Adalberto José Pereira, vereador do Município de Jequitinhonha, e seu irmão, Antônio José Pereira, contra um jovem de 16 anos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.196/2015, do deputado Tito Torres; e 921/2015, do deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.469/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.868/2015, do deputado Ulysses Gomes; e 2.917/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.946/2015, do governador do Estado; Projetos de Lei Complementar nºs 33 e 42/2015, do deputado Cabo Júlio; Projetos de Lei nºs 51 e 159/2015, do deputado Fred Costa; 780/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.177/2015, do deputado Fred Costa; 1.271/2015, do deputado Roberto Andrade; 1.839/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 2.273/2015, do governador do Estado; 2.800/2015, do deputado João Alberto; 2.827 e 2.828/2015, do deputado Dilzon Melo; 2.834/2015, do deputado Deiró Marra; 2.838/2015, do governador do Estado; 2.840/2015, do deputado Isauro Calais; 2.884/2015, do deputado Braulio Braz; e 2.886/2015, do deputado Roberto Andrade.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.102/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.543/2015, do deputado Dilzon Melo; 1.909/2015, do deputado João Vítor Xavier; 2.769/2015, do deputado Cássio Soares; 2.773 a 2.777/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 2.782/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.785/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 2.795/2015, do deputado Wander Borges; 2.802/2015, do deputado Ricardo Faria; 2.803/2015, do deputado Rogério Correia; 2.804/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.809/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 2.818/2015, do deputado Deiró Marra; 2.831/2015, do deputado Fred Costa; 2.839/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 2.862 e 2.863/2015, do deputado Cristiano Silveira; 2.867/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 2.877/2015, do deputado Deiró Marra; 2.885/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 2.979/2015, do deputado Ivair Nogueira; 2.984/2015, da deputada Geisa Teixeira; e 2.988/2015, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.132/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.616/2015, do deputado Noraldino Júnior.



Requerimentos nºs 2.693/2015, do deputado Noraldino Júnior; e 2.719, 2.720, 2.722, 2.723, 2.724, 2.726 e 2.727/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.153, do deputado Bosco, 1.182, do deputado Carlos Pimenta, 1.521, do deputado Cássio Soares, 1.898, do deputado Léo Portela, 2.105, do deputado Elismar Prado, 2.127, do deputado Thiago Cota, 2.158, do deputado Tiago Ulisses, 2.199, do deputado Bosco, 2.204, do deputado Cristiano Silveira, 2.259, do deputado Cássio Soares, 2.307, do deputado Bosco, 2.309, 2.311, 2.315 e 2.319, do deputado Deiró Marra, 2.321, do deputado Antônio Lerin, 2.326, do deputado Deiró Marra, 2.554, do deputado Adalclever Lopes, 2.621, da deputada Rosângela Reis, e 2.639/2015, do deputado Ricardo Faria;

Requerimentos nºs 1.883, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.682, 2.683, 2.686, 2.687, 2.688, 2.689 e 2.701/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.187/2015, do deputado Ulysses Gomes; 1.527/2015, do deputado João Magalhães; e 1.988/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 1.847/2015, do deputado Douglas Melo; 2.433/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 2.700/2015, do deputado Bosco; e 2.733 e 2.734/2015, do deputado Fabiano Tolentino.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 579/2015, do deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.592 a 2.595, 2.597, 2.607, 2.611, 2.615, 2.623, 2.624 e 2.629/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 28/10/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.215/2015, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.038/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 2.327/2015, do deputado Léo Portela; 2.710/2015, do deputado Cristiano Silveira; 2.752/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.766/2015, do deputado Ulysses Gomes; e 2.767/2015, do deputado Ulysses Gomes.

Requerimento nº 2.707/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 28 de outubro de 2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e do Projeto de Lei nº 2.720/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH –, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de outubro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.717**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Bosco e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/10/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.717, do governador do Estado, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/10/2015, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação das Apacs no Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****“MENSAGEM Nº 89/2015*”**

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar, até o limite de R\$29.330.000,00 (vinte e nove milhões trezentos e trinta mil reais) em favor da Assembleia Legislativa; de R\$1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais) em favor do Tribunal de Contas; de R\$204.042.960,00 (duzentos e quatro milhões quarenta e dois mil novecentos e sessenta reais) em favor do Tribunal de Justiça e de R\$108.100.000,00 (cento e oito milhões e cem mil reais) em favor do Ministério Público.



A Lei Orçamentária Anual não contém dispositivo que autorize o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao orçamento destes órgãos, medida que só se torna viável, portanto, mediante proposta legislativa.

Na Assembleia Legislativa, o crédito destina-se a cobrir despesas do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, utilizando como fonte de recursos o remanejamento de dotação orçamentária de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS, do Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP –, e os excessos de arrecadação das receitas de Contribuição Patronal e de Contribuição do Servidor para o FUNFIP.

No Tribunal de Contas, o crédito visa a cobrir despesas no grupo de Outras Despesas Correntes, utilizando como fonte de recursos o remanejamento de dotações orçamentárias próprias de Recursos Ordinários.

Com relação ao Tribunal de Justiça, o crédito suplementar destina-se a cobrir despesas de Pessoal e Encargos Sociais, utilizando como fonte de recursos o remanejamento de dotação orçamentária própria de Recursos Ordinários e de dotação orçamentária de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS do FUNFIP.

Por fim, a suplementação ao Ministério Público destina-se a cobrir despesas dos grupos de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, utilizando como fonte de recursos remanejamentos de dotações orçamentárias dos Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Diversos – EGE-SEF –, excessos de arrecadação das receitas de Contribuição Patronal e de Contribuição do Servidor para o FUNFIP, remanejamento de dotação orçamentária do FUNFIP e saldos financeiros do Convênio firmado entre o Ministério Público e o Ministério da Justiça, e sua respectiva contrapartida.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.005/2015

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembleia Legislativa, até o limite de R\$ 29.330.000,00 (vinte e nove milhões trezentos e trinta mil reais), para atender a despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip –, no valor de R\$3.190.000,00 (três milhões cento e noventa mil reais);

II – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição do Servidor para o Funfip, no valor de R\$4.460.000,00 (quatro milhões quatrocentos e sessenta mil reais);

III – do remanejamento de dotação orçamentária de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS, do grupo de despesa de Pessoal e Encargos Sociais e do Funfip, no valor de R\$21.680.000,00 (vinte e um milhões seiscentos e oitenta mil reais).

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas, até o limite de R\$1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais), para atender a Outras Despesas Correntes.

Art. 4º – Para atender ao disposto no art. 3º, serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de dotações orçamentárias próprias de Recursos Ordinários do grupo de despesa Outras Despesas Correntes, no valor de R\$1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais).

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça, até o limite de R\$204.042.960,00 (duzentos e quatro milhões quarenta e dois mil novecentos e sessenta reais), para atender a despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 6º – Para atender ao disposto no art. 5º, serão utilizados recursos provenientes:

I – do remanejamento de dotação orçamentária própria de Recursos Ordinários do grupo de despesa de Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$23.930.490,00 (vinte e três milhões novecentos e trinta mil quatrocentos e noventa reais);

II – do remanejamento de dotação orçamentária de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS, do grupo de despesa de Pessoal e Encargos Sociais, do Funfip, no valor de R\$180.112.470,00 (cento e oitenta milhões cento e doze mil quatrocentos e setenta reais).

Art. 7º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público, até o limite de R\$108.100.000,00 (cento e oito milhões e cem mil reais), para atender a:

I – Pessoal e Encargos Sociais, até o valor de R\$87.600.000,00 (oitenta e sete milhões e seiscentos mil reais);

II – Outras Despesas Correntes, até o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

III – Investimentos, até o valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 8º – Para atender ao disposto no art. 7º, serão utilizados recursos provenientes:

I – do remanejamento de dotação orçamentária de Recursos Ordinários, do grupo de despesa Outras Despesas Correntes, dos Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Diversos – EGE-SEF, no valor de R\$90.300.000,00 (noventa milhões e trezentos mil reais);

II – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o Funfip, no valor de R\$3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais);

III – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição do Servidor para o Funfip, no valor de R\$3.250.000,00 (três milhões duzentos e cinquenta mil reais);



IV – do remanejamento de dotação orçamentária de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS, do grupo de despesa de Pessoal e Encargos Sociais do Funfip, no valor de R\$10.300.000,00 (dez milhões e trezentos mil reais);

V – do saldo financeiro do Convênio nº 759459, firmado em 19 de dezembro 2011, entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça, no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais);

VI – do saldo financeiro de contrapartida do convênio nº 759459, firmado em 19 de dezembro 2011, entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Justiça, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 9º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”.

– Publicado, vai o Projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 609/2015

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Atlética Pangaré, com sede no Município de Guaxupé.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Atlética Pangaré, com sede no Município de Guaxupé, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades desportivas.

Na consecução desse propósito, a instituição pratica modalidades esportivas amadoras, participa de competições e mantém escola de futebol direcionada a crianças e adolescentes.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade na promoção do desporto no Município de Guaxupé, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 609/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Fábio Avelar Oliveira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.038/2015

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Mineira Dançartes – AMD –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Mineira Dançartes – AMD –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção da arte e da cultura.

Na consecução desse propósito, a instituição mantém escola de formação artística e profissional de balé clássico e demais ramificações dessa arte.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade na promoção da cultura no Município de Belo Horizonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.038/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Wander Borges, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.327/2015

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural Resplendoreense de Pastores e Obreiros – Corpo –, com sede no Município de Resplendor.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural Resplendoreense de Pastores e Obreiros – Corpo –, com sede no Município de Resplendor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da arte e da cultura.

Na consecução desse propósito, a instituição executa trabalhos de propagação cultural; promove, por meio de seus associados, ações que visem ao apoio à infância, à juventude, ao idoso e ao desamparado; e presta trabalhos voluntários de assistência social e jurídica destinados à população carente.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol dos cidadãos do Município de Resplendor, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.327/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Cristina Corrêa, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.710/2015

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Corporação Musical Padre Alberto, com sede no Município de Camacho.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Corporação Musical Padre Alberto, com sede no Município de Camacho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da música.

Na consecução desse propósito, a instituição mantém uma banda e ministra aulas de música.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade na promoção da cultura no Município de Camacho, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.710/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.752/2015

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural Unidos do São Judas, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural Unidos do São Judas, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção da cultura popular.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza atividades que fomentam o desenvolvimento do artesanato local; fornece instrumentos com o fim de promover o desenvolvimento musical da comunidade; e apoia a realização de eventos voltados à cultura folclórica.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade na promoção da cultura popular no Município de Santo Antônio do Amparo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.752/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Cristina Corrêa, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.766/2015****Comissão de Cultura
Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Foto Clube de Pouso Alegre, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Foto Clube de Pouso Alegre, com sede no Município de Pouso Alegre, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades que fomentam a arte fotográfica.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza e participa de eventos que estimulam a prática da fotografia; ministra cursos sobre a temática; e organiza exposições fotográficas em seus espaços.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol da cultura dos cidadãos do Município de Pouso Alegre, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.766/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Ione Pinheiro, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.767/2015**Comissão de Cultura
Relatório**

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Skate e Hip Hop de Pouso Alegre, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Skate e Hip Hop de Pouso Alegre, com sede no Município de Pouso Alegre, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades que incentivem a cultura *hip hop* e a prática esportiva do *skate*.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade na promoção da cultura e do esporte no Município de Pouso Alegre, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda, com a qual concordamos, com o intuito de adequar o nome da entidade ao consubstanciado ao art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.767/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Wander Borges, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 26/10/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Danilo Silva Fernandes, padrão VL-33, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Emidinho Madeira;

exonerando Viviane de Quadros Santos, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Wesley Augusto Salomé de Castro, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Amanda Rodrigues Mota, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Darci das Mercedes Leal, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;

nomeando Jean Mauricio Pereira Duarte, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Rafaelle Aguida Machado de Sousa, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 60/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigilância e portaria, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais que se fizerem necessários. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do contrato, por 12 meses, sem reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 12/9/2015 a 11/9/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 94/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Eaton Power Solution Ltda. Objeto: serviço de manutenção e de *upgrade* em *no-break*. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste. Vigência: de 22/11/2015 a 21/11/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 98/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Recall do Brasil Ltda. Objeto: prestação de serviços de armazenagem, guarda e desarquivamento de documentos. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, com reajuste de preço. Vigência: de 14/11/2015 a 13/11/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 101/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Interclip Monitoramento de Notícias Ltda. – EPP. Objeto: prestação de serviços de auditoria de imagem da ALMG na mídia. Objeto do aditamento: segunda prorrogação do contrato por 12 meses. Vigência: 8/11/2015 a 7/11/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 107/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom. Objeto: prestação de serviços de conexão de dados. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação. Vigência: 12 meses, de 7/1/2016 a 6/1/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 108/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hutner Consultoria Ltda. Objeto: consultoria especializada em *information technology infrastructure library* – Itil. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: um ano a partir de 8/1/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.